

D. Teodósio II, sétimo duque de Bragança.

Práticas senhoriais como política de reputação

MAFALDA SOARES DA CUNHA

D. Teodósio II nasceu a 28 de Abril de 1568, filho de D. João, sexto duque de Bragança, e da senhora D. Catarina, neta do rei D. Manuel I. Entre 1583 e 1630 foi titular da mais importante casa senhorial portuguesa, como sétimo duque de Bragança.

Essa superioridade advinha-lhe de múltiplos factores. Antes de mais, dos estreitos laços de parentesco com as linhas dinásticas portuguesa e castelhana que, inclusivamente, justificaram a candidatura de sua mãe ao trono de Portugal em 1580. Mas também dos títulos nobiliárquicos detidos (dois de duque, um de marquês e quatro de conde); da duração da dominação senhorial exercida — a única casa titulada que, em Portugal, conseguira manter-se desde finais do século XIV, exceptuando o breve lapso de década e meia entre o confisco dos seus bens efectuado por D. João II e a sua recuperação promovida por D. Manuel I — que se aliava à dimensão geográfica do senhorio (cerca de 9,5% da área do reino, contendo 9,4% da população), à correlativa importância dos efectivos militares recrutáveis e das rendas colectadas — entre 40 a 50 contos de réis anuais que o situavam como o titular com maiores rendimentos no reino de Portugal e o quarto no âmbito da Península Ibérica — e à amplitude dos direitos e dos privilégios jurisdicionais anexos. Também social e simbolicamente era difícil obter maior distinção que a de conter nos anais da história da sua casa o juramento como herdeiro do trono de Portugal, como ocorrera com o seu bisavô D. Jaime, antes de o rei D. Manuel I ter conseguido descendência.

A reconstituição histórica da imagem de D. Teodósio II não é, porém, tarefa simples, já que foi quase sempre subalternizada pelo protagonismo político da personalidade forte da sua mãe e do destino régio do seu primogénito. Ao sétimo duque os cronistas e historiadores atribuíram então, e apenas, a arrogante, embora discreta, sobrevivência da Casa de Bragança, preparatória do ressurgimento glorioso do 1.º de Dezembro de 1640; reconheceram-lhe, por isso, qualidades de

resistência e altivez próprias de quem fora esbulhado de direitos legítimos dos quais nunca abdicou e interpretaram o seu feitio quieto como sinal da passividade e prudência que os tempos recomendavam à oposição política em Portugal; e neste quadro integraram as suas opções de vida feitas de recato e austeridade, distância e marginalidade da grande política hispânica orientadas apenas em função da manutenção e da continuidade da sua preeminência senhorial.

A Casa de Bragança: a marginalidade política como preeminência social

E, no entanto, e em contraste com o que se verificara durante todo o século XV, se se comparar a postura política da Casa de Bragança ao longo dos sessenta anos da agregação de Portugal com a praticada na restante centúria de Quinhentos poucas diferenças se encontram. Com efeito, a participação quase constante nos principais assuntos do reino, que caracterizara os três primeiros duques, foi substituída, no século XVI,

1 | Vila Viçosa, Paço Ducal, fachada em mármore.

D. Teodósio II, seventh duke of Bragança Manorial practices as a reputation policy

According to this article, the practices of patronage and sponsorship by Casa de Bragança should be understood against a larger backdrop of a management meant to safeguard and preserve the ducal house's signs of pre-eminence. Its argument is based on two perspectives. According to the first one, the duke's attitude fits in the global framework of sponsorship practices that the ducal house developed along the 16th and 17th centuries; the second one, on the other hand, is a comparative perspective with other prominent manor houses in Andalusia, where the attitude of the dukes of Bragança fits in the aristocratic patterns of behaviour of the time. This comparison with other major manor houses brings down the exceptional character of the ducal practices.



2 | Retrato do duque D. Teodósio II.



pela ausência quase permanente da corte régia (nestes quase cento e cinquenta anos os duques de Bragança não terão aí passado mais de uma dúzia de anos). Os duques residiam em Vila Viçosa, escolhida como sede do seu senhorio e pólo de uma rede clientelar direccionada quase exclusivamente para a conservação da sua posição social. Importa sublinhar que a distância física não significava, porém, alheamento ou indiferença perante todas as questões; se é demonstrável que a sua participação nas decisões políticas era diminuta, sobretudo a partir de meados do século XVI, sabe-se que os duques dedicavam uma atenção permanente à evolução e ao significado das fórmulas políticas, sociais e simbólicas, pelo que procuraram acompanhar, no tempo e na escala possível, as inovações operadas nos modelos organizativos e de representação da Casa Real, bem como nas formas de gestão e de administração dos recursos. Através deste constante afã de obtenção de novos privilégios ou confirmação dos antigos conseguiram impedir o alargamento da distância entre a casa e a coroa e manter as distinções que a separavam da principal nobreza do reino. Exemplos do carácter singular de certo tipo de privilégios adquiridos são a aquisição de privilégios de transferência dos direitos de padroado em comendas da Ordem de Cristo de apresentação ducal; a preservação do privilégio de conceder nobreza; a opulência da sua corte senhorial e a dimensão e a qualidade social dos seus membros (entre quinhentos e oitocentos); os privilégios excepcionais da capela ducal; a adopção dos usos cerimoniais da Casa Real no quotidiano da sua corte; o progressivo engrandecimento do Paço Ducal; a obtenção de privilégios comerciais no Oriente.

Este conjunto amplo de privilégios extraordinários e a confirmação de outros concedidos no século XV

garantiram à Casa de Bragança condições excepcionais para a administração do seu senhorio. Os seus conteúdos revelam que os duques preferiram manter e reforçar o leque de instrumentos de intervenção senhorial, em detrimento do acrescentamento da base territorial do senhorio. Na realidade, esta até se contraiu ligeiramente em resultado, fosse pela venda de jurisdições, fosse pela composição de dotes de casamento. Já no que respeita à gestão senhorial garantiram privilégios que lhes permitiram uma ampla autonomia, num organigrama administrativo que, no essencial, não se distinguia do da coroa. Utilizava a mesma matriz formal, com lógicas bastante similares, tanto no que refere à nomeação de pessoas, quanto à aplicação da justiça e à extracção fiscal.

Ora se a amplitude dos poderes senhoriais garantia um alto nível de domínio sobre as comunidades sob a sua tutela, deve destacar-se ainda que os duques utilizaram as elites e as instituições locais como instrumentos coadjuvantes do controlo sobre esses mesmos espaços. Ou seja, o uso político das redes interpessoais estruturadas à sombra dos recursos da própria casa. Assim, os Bragança, em vez de afrontarem os poderes locais, reforçaram-nos, utilizando-os em seu proveito. Note-se que a integração de membros de parentelas de elites locais na corte ducal em foros de moradores foi a este título absolutamente decisiva. Essas pessoas agilizaram a comunicação entre o paço e as terras e ajudaram a amortizar tensões com a sede do senhorio. Os diferentes tipos de mercês dispensados pela casa foram estratégicos nesse processo. Exercitava-se a liberalidade para harmonizar relações interpessoais através de jogos de trocas e de negociação dos diferentes interesses em presença. Em síntese, um poder senhorial territorializado cuja eficácia se fundava na gestão paternalista e negociada dos espaços sociais e políticos do senhorio.

Deste modo, ao residir permanentemente em Vila Viçosa, longe do bulício da política cortesã, o comportamento de D. Teodósio II não se distinguia significativamente do dos seus antecessores. Mais, ainda, a abundante historiografia sobre a aristocracia da Península Ibérica nos séculos XVI e XVII e sobre a corte também desmentem a pretensa excepcionalidade do caso brigantino. Assim, embora a historiografia nacionalista de raiz pós-restauracionista tenha insistido em ler na organização e, sobretudo, no carácter teimosamente periférico da corte brigantina os sinais de uma resistência inconformada à tomada de poder da dinastia filipina, é possível apresentar hoje interpretações bastante distintas.

Homogeneidade da cultura nobiliárquica ibérica

Com efeito, a actual literatura sobre a nobreza da Península Ibérica demonstra que o grupo dos titulares em Portugal e o grupo dos grandes em Castela e Aragão constituem um universo social particularmente homogéneo nos seus modelos de estruturação

e reprodução social, o mesmo é dizer nas fontes do seu poder político e social, nos seus padrões de comportamento, nas suas referências culturais e até na evolução das suas relações com a monarquia¹. O que as distingue são questões de escala e, certamente, algumas diferenças de permeabilidade à geografia das inovações: maior abertura das casas castelhanas e aragonesas à influência cultural dos domínios hispânicos na Europa, em particular das possessões italianas, enquanto as casas portuguesas talvez tivessem estado mais precocemente disponíveis para a incorporação de informações e produtos resultantes da Expansão Ultramarina.

Por outro lado, a renovação historiográfica dos estudos sobre a corte proporciona análises cada vez mais distantes de alguns dos principais contributos de Norbert Elias, nomeadamente no que respeita ao reconhecimento da persistência de cortes senhoriais periféricas contra a ideia da monopolização régia do fenómeno curial. Adiantam ainda novos dados sobre os significados dos sistemas curiais que podem ser proveitosamente aplicados às cortes senhoriais. Sublinham, por um lado, a importância política das elites nobiliárquicas cortesãs e, por outro lado, enfatizam a eficácia política da dimensão religiosa na liturgia cerimonialista ou ainda a pluralidade de sentidos dos consumos sumptuários e das práticas colecionistas².

Neste novo quadro de análise a trajectória da Casa de Bragança, as suas formas de organização e gestão senhorial ou a corte calipolense não são significativamente diferentes das de outras grandes casas ibéricas, como as dos duques de Medina Sidónia, os almirantes de Castela ou os condes dos Arcos. Tal como os Bragança, também eles tinham um forte e ancestral poder territorializado e detinham controlo significativo sobre recursos económicos e militares estratégicos nas periferias territoriais. E também eles estruturaram modelos de organização administrativa senhoriais plasmados da coroa; criaram e geriram redes clientelares locais de forma mais negociada que autoritária. Todos eles participaram de uma cultura nobiliária similar pelo culto da memória linhagística e dos sinais de distinção entre casas, pela selectividade das suas alianças matrimoniais, pelo consumo de certo tipo de bens culturais e prática de estilos de vida opulentos, corporizados em cortes periféricas. Tal como os duques de Bragança, impuseram marcas de distinção sobre os seus domínios pela edificação de palácios, patrocínio a conventos, capelas e instituições assistenciais.

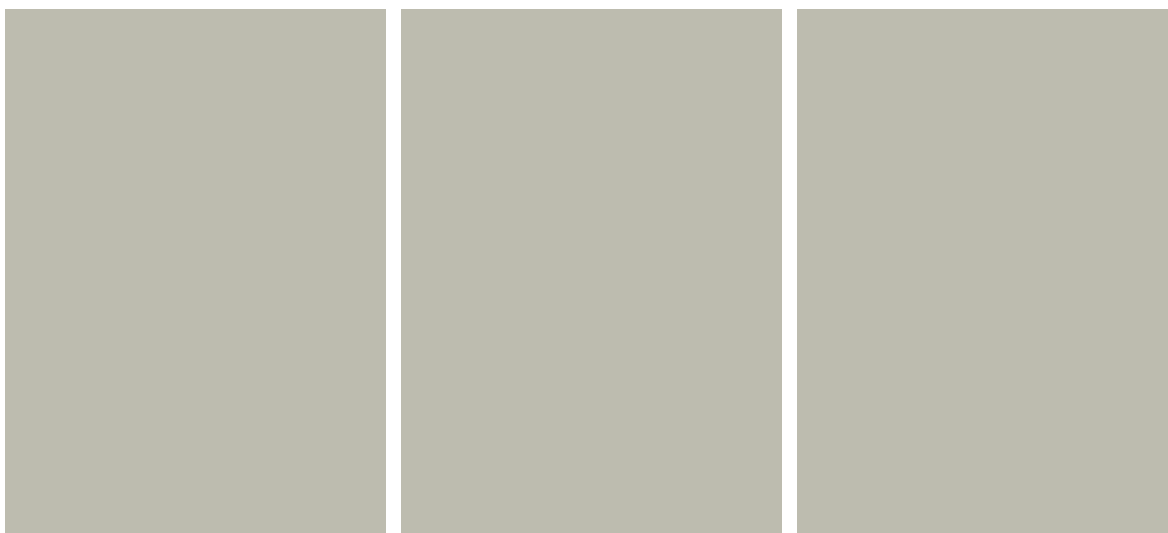
Neste fundo comum, o espaço de singularidade da Casa de Bragança decorria essencialmente da insistência em um ou outro símbolo de preeminência e no carácter extraordinário de certos privilégios, que creio não serem possuídos por outras casas ibéricas. Talvez os Bragança fossem também mais marcadamente periféricos à corte régia e à grande política hispânica do que a maioria dos grandes de Castela e Aragão, que foram sendo chamados a exercer cargos na diplomacia ou nos governos dos territórios europeus da

monarquia. O isolamento andaluz dos Medina Sidónia ou dos condes dos Arcos pode, todavia, oferecer alguns paralelismos com esta casa ducal portuguesa, embora o leque de serviços directamente prestados pela casa brigantina à monarquia seja, com efeito, bastante mais limitado. Circunscreveu-se quase sempre ao apoio defensivo para o qual mobilizou tropas dos seus senhorios, sem que, no entanto, os seus titulares — à excepção de D. Jaime com Azamor, em 1513, e D. João II, em 1639 — protagonizassem cargos de comando militar. Ora numa época em que o serviço à monarquia já era um dos principais instrumentos para a projecção e consolidação do prestígio das casas e linhagens nobres não deixa de surpreender que os Bragança o dispensassem de forma tão altaneira e que a monarquia dele retirasse tão poucas consequências. Talvez essa falta de serviços e consequente motivo para remunerações pela monarquia explique, afinal, a arrogante resposta de D. Teodósio a Filipe III, em 1619, de que não necessitava de novas mercês.

D. Teodósio II, práticas de patrocínio e a projecção da Casa de Bragança

A figura “apagada” de D. Teodósio II esconde então uma postura política relativamente banal entre outros titulares ibéricos seus contemporâneos e situa-se na linha de actuação dos seus maiores. Desde logo ao nível das fórmulas seguidas na gestão senhorial, mas também no que respeita às diversas acções de patrocínio a instituições e apoio às artes. A actuação de D. Teodósio II deve, assim, ser inscrita na tradição de defesa intransigente dos direitos senhoriais adquiridos e na ética e prática cultural das casas de grandes peninsulares que a Casa de Bragança, naturalmente, partilhava. Deve, por isso, ser interpretada como um modelo de projecção da casa ducal e não como retraimento face a conjunturas políticas adversas.

Há já alguns anos, Luís de Matos explicou com razoável pormenor as influências humanistas presentes na corte de Vila Viçosa na primeira metade do século XVI³. Listou nomes, contratos e mercês outorgadas pelos duques D. Jaime e D. Teodósio I a humanistas e académicos que teriam respondido a solicitações directas e gravitadas em torno da casa. Desde logo para assegurar o ensino e aprendizagem dos descendentes, mas também como signo da sintonia para com os movimentos culturais da Europa de então. De entre as diversas áreas do saber destacou o interesse pela astronomia, pela matemática e pela música. Como prova da importância cultural, mas também simbólica, desses investimentos sublinhou a preocupação com a biblioteca e a capela. De facto, para garantir a preservação da colecção de livros e assegurar o seu engrandecimento D. Teodósio I recomendara-a em testamento a seu filho integrando-a no morgado. Esses acervos seriam depois aumentados, não apenas pela continuada aquisição de obras, mas também pela integração no morgado da livraria herdada de D. Duarte, irmão da senhora D. Catarina.



4 | Frontispício 1

5 | Frontispício 2

6 | Frontispício 3

Quanto à capela são conhecidos os numerosos e bem sucedidos esforços da casa ducal junto de Roma para a sua organização e constante alargamento de privilégios para exaltação do culto divino e suporte apoio de um número sempre crescente de oficiantes. Conhece-se o papel relevante de D. Teodósio II nesse processo⁴. Para a engrandecer, prosseguiu o acrescentamento da livraria de música que seu avô D. Teodósio I tinha iniciado e patrocinou músicos insignes, fazendo-os vir de variadas partes. É de destacar o inglês Roberto Tornar — discípulo dos flamengos Gaugericus de Ghersem e Philippe Rogier que serviram na capela de Filipe II — que veio a ser mestre de capela e mestre do duque D. João II. Visando ainda melhorar a formação do serviço da capela criou, cerca de 1609, um colégio de moços, o Colégio dos Santos Reis Magos. No seu testamento recomendou mesmo (...) *lembro a meu filho, o duque, que a melhor coisa que lhe deixo nesta casa é a minha capela*⁵.

Em trabalho recente sobre o coleccionismo da nobreza andaluza no Renascimento, A. Urquizar Herrera sublinhou os seus contornos peculiares, explicando que a disponibilidade de riqueza permitia a aquisição de novos produtos culturais relacionados com a emergência e a difusão dos modelos culturais humanistas. Todavia, esse tipo de investimentos, para além de manifestar proximidade com novos modelos e produtos culturais, também podia traduzir, simplesmente, mimetismo e busca de distinção social. Objectos e colecções transformavam-se então em signos de estatuto social, e não apenas em identificadores de novos consumos culturais. No limite, estes podiam até nem existir, ou representar apenas um sinal da habituação a certo tipo de bens, sem que a sua fruição significasse qualquer interiorização dos significados originários. O autor apela, portanto, à necessidade de se conhecer a circulação de modelos de distinção, a par da circulação dos modelos culturais, uma vez que demonstra que parte significativa das colecções andaluzas é inconsistente, não revelando familiaridade com o ideário humanista. Corporizariam um modo de coleccionismo específico, diverso do humanista, que visava sobretudo um discurso social e que o autor classifica como *coleccionismo familiar*. A

seu ver as únicas colecções coerentes reportam-se às capelas e oratórios, já que reflectem programas ideológicos perfeitamente interiorizados⁶.

A crer em Luís de Matos, tal não seria o caso da corte literária calipolense dos Bragança até D. Teodósio I, visto que a atitude dos duques indiciava um genuíno interesse pelos vestígios da Antiguidade e pela promoção do saber clássico. Também as diversas aquisições para decoração dos interiores domésticos apontam nesse sentido, em particular no que respeita a certas

7 | Vila Viçosa, Convento da Esperança.





temáticas das numerosas tapeçarias encomendadas, apesar de muitas outras também historiarem episódios bíblicos. Dentro do mesmo padrão de gosto e de religiosidade contavam-se abundantes relíquias acondicionadas em luxuosos relicários e que teriam sido objecto de desvelo particular pela senhora D. Catarina⁷. Enquanto peças de culto eram particularmente apreciadas, sobretudo em ambientes próximos da reforma católica o que seria o caso dos Bragança. Nestes últimos exemplos, compaginavam-se harmoniosamente os investimentos de ostentação e o catolicismo canónico. Atitude cultural similar pode rever-se no próprio gosto musical de D. Teodósio II. Assim, enquanto o duque D. João I, seu pai, era um entendido musicalmente, o mesmo não se passava com ele, embora gostasse muito de ouvir música sacra para acompanhar as celebrações litúrgicas o que, como se disse antes, o levou a favorecer a capela com atenções especiais.

No campo literário, se atendermos ao teor de algumas dedicatórias de obras oferecidas a D. Teodósio II sobressai o seu modo reactivo à modernidade e o apelo à preservação dos valores portugueses antigos ou à memória ilustre dos seus antepassados. Análoga posição pode ser interpretada a partir da intransigência com que sempre defendeu a excepcionalidade dos tratamentos de quem tinha privilégios reais ou a arrogância com que se dirigia aos demais aristocratas. Se alguns quiserem ler nessas atitudes um apoio à contestação política que fez curso ao longo da dominação hispânica, o certo é que os traços caracteriais sugeridos pelos coevos a D. Teodósio II mais parecem indicar posições culturalmente conservadoras. Dizem ainda os cronistas que se D. Teodósio II era severo, devoto e grave, mais ficou depois de enviudar. Muito louvada era a modéstia de costumes que de então em diante demonstrou, sendo ainda enaltecida a sua evidente castidade. Por conseguinte, a vida no paço ducal ainda se tornou mais austera, pelo que, para

além da caça, poucos divertimentos mais admitiu na sua corte. Não era dado a grandes recreios intelectuais ou culturais, mas zelou pela educação dos seus descendentes com grande rigor e atenção, sem todavia lhes procurar talentos particulares⁸.

Em tempos recentes, vários trabalhos de historiadores da arte confirmaram a importância da prolongada assistência da corte ducal, tanto na tipologia das estruturas edificadas de Vila Viçosa, quanto nas próprias características a que obedeceu o desenvolvimento do seu traçado urbano⁹. Sublinhavam, afinal, as diversas formas pelas quais a presença constante dos duques de Bragança se fez sentir e transformou a vila em sede do senhorio. Marcas que os duques procuraram que fossem não apenas duradouras, mas que espelhassem inequívoca e condignamente o poder da sua linhagem e casa.

Os padrões do comportamento nobiliárquico estavam bem estabelecidos e a expectativa de toda a sociedade era que fossem cumpridos. Mais: a hierarquia das casas senhoriais avaliava-se pela multiplicação e pela riqueza de sinais visíveis inscritos no espaço, sobretudo no espaço quotidianamente frequentado pelos seus titulares. As expressões dessa dominação e da importância social estavam também elas codificadas em signos, em linguagens e em programas próprios que, de resto, admitiam pouca originalidade. Ora se os estudos já realizados atestam sem equívocos a preocupação ducal nessas matérias, o certo é que também evidenciam o carácter bastante periférico da corte brigantina, não obstante o esforço em recrutar e até apoiar a formação de gentes das artes para o seu serviço. A qualidade das expressões artísticas por eles deixadas assim o testemunham, de resto. Já a densidade das acções de patrocínio ducal é muito significativa e ainda hoje se reconhece em múltiplos edifícios calipolenses. Deixou, por isso, uma marca indiscutível que não tem qualquer paralelo em Portugal. À escala ibérica, porém, a excepcionalidade da

actuação brigantina atenua-se. Lerma ou Sanlúcar de Barrameda podem ser citadas como fonte de comparação, para não falar já da riqueza e qualidade estética das expressões de poder de linhagens que em outras paragens detinham idêntico estatuto de sangue por parentesco com as casas reais. Veja-se, por exemplo, o caso dos príncipes de sangue franceses ou mesmo de alguns principados alemães ou italianos.

Em qualquer dos casos sublinhe-se que estas marcas de dominação brigantina não se limitavam a Vila Viçosa, estando disseminadas um pouco por todo o seu senhorio. Basta conferir as condições de fundação de conventos, igrejas, confrarias ou misericórdias das terras brigantinas para verificar essa constância do patrocínio ducal¹⁰.

De todo o modo, o que sobressai da leitura dos autores que na época se referiram à Casa de Bragança e, em particular, dos autores estrangeiros é a opulência, a riqueza e a etiqueta com que os duques se serviam. O tamanho do terreiro ducal, a vastidão da tapada, a riqueza dos trajes, da joalheria e das baixelas, a dimensão da armaria e a complexidade cerimonial feita de numerosíssima criadagem ou ainda as decorações de interiores, com especial relevo para as tapeçarias, foram aspectos que arrancaram expressões de admiração a muitos. Tais visões, presentes nos relatos de viajantes ou em descrições várias, reportam-se, no entanto, a momentos cerimoniais significativos, como

é o caso de recepções a ilustres visitantes ou festividades de casamento, o que também significava que a casa então se exhibia no seu maior esplendor. Se admitirmos a perspectiva coeva sobre a austeridade do quotidiano de D. Teodósio — feito essencialmente de caçadas, cerimónias religiosas e do despacho dos seus negócios — talvez seja então possível pensar que o colecionismo brigantino teria servido ao sétimo duque sobretudo como base para a exibição do poder e estatuto da sua casa e linhagem e não tanto como fonte regular de fruição cultural.

Mas se esse pode ser o motivo que orientou alguns dos seus patrocínios e os investimentos na remodelação do paço, o engrandecimento da tapada que promoveu — veja-se, a mero título de exemplo, a decisão de a incluir no Morgado da Cruz, em 1593, ou a de ampliar a Ermida de Santo Eustáquio, na década de 1620 — estava, por certo, também associado ao seu prazer pela caça, o que era absolutamente usual entre a nobreza. De resto, a fama da Tapada de Vila Viçosa ultrapassava largamente as fronteiras portuguesas. A aristocracia castelhana conhecia-a bem, quem sabe ajudada pelo extenso poema que Lope de Vega lhe dedicou, intitulado *Descripcion de la Tapada insigne, Monte, y Recreacion del Excellentissimo Señor Duque de Vergança* (impresso, posteriormente, em 1621) onde se enumeravam longamente as qualidades cinegéticas e ambientais do lugar como sinal

9 | Vila Viçosa, vista aérea sobre a Tapada Real.



10 | Vila Viçosa, Ermida de Santo Eustáquio.



da grandeza com que o senhor da casa brigantina despendia o seu ócio. Desse modo, quando os aristocratas castelhanos vinham a Portugal solicitavam autorização ao duque para lá ir caçar, como ocorreu com os membros da comitiva de entrega de D. Ana de Velasco, em 1603, deixando o seu irmão conde de Haro extasiado, ou por ocasião da visita de 1619, tendo o duque de Uceda, o duque de Ossuna e o marquês de Velada caçado com sucesso na tapada cerca de duas horas.

Distância, defesa dos privilégios ancestrais e dos estilos de vida dos seus maiores e dominação territorializada como garantia de conservação, mais do que a luta directa pela participação política, parecem, assim, ter sido os caminhos escolhidos por D. Teodósio II para a projecção ibérica da reputação da Casa de Bragança.

Mafalda Soares da Cunha

Directora do Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade de Évora.

Imagens: 1, 7 e 8: Manuel Ribeiro. 2007/IHRU; 2: Santa Casa da Misericórdia de Barcelos; 3: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico/IHRU; 4 a 6: Biblioteca Nacional de Portugal, 9: Francisco Piqueiro/FotoEngenho. 2007; 10: Joaquim Real Andrade. 2007. Fundação da Casa de Bragança.

NOTAS

Este texto integra-se nos trabalhos desenvolvimos no âmbito do projecto *História do Alentejo, séculos XII-XIII. Aprofundamentos empíricos*. (POCI/HAR/56210/2004).

- 1 Antonio DOMINGUEZ ORTIZ — *La sociedad española en el siglo XVII...*, pp. 209-222; Adolfo CARRASCO MARTÍNEZ — *Sangre, honor y privilegio...*; Enrique SORIA MESA — *La nobleza en la España moderna...*
- 2 Cf. síntese em John ADAMSON — “The making of the Ancien-Regime Court, 1500-1700”. In John Adamson (ed.) — *The princely courts of Europe...*
- 3 Luís de MATOS — *A Corte Literária dos Duques de Bragança...*
- 4 José Augusto ALEGRIA — *História da Capela e Colégio dos Santos...*
- 5 D. António Caetano de SOUSA — *Provas da História Genealógica...*, t. IV, parte II; Luís de Freitas BRANCO — *D. João IV, Músico*, p. 11.
- 6 Antonio URQUÍZAR HERRERA — *Coleccionismo y nobleza...*
- 7 Nuno Vassallo e SILVA — *As Coleções de D. João IV...*, pp. 45-52 e 56-59.
- 8 Leonor Freire COSTA; Mafalda Soares da CUNHA — *D. João IV*, cap. 2, *passim*.
- 9 Cf. dossiê da revista *Monumentos*, n.º 6, de 1997, dedicado a Vila Viçosa, especialmente os artigos de: Joaquim Oliveira CAETANO — “A fundação do Convento das Chagas”, pp. 44-47; Rafael MOREIRA — “Uma ‘cidade ideal’ em mármore. Vila Viçosa, a primeira corte ducal do Renascimento português”, pp. 48-53; Vítor SERRÃO — “A pintura fresquista à sombra do mecenato ducal (1600-1640)”, pp. 14-21; Miguel SOROMENHO — “Uma miragem real. O panteão para os duques de Bragança na Igreja de Nossa Senhora da Graça do Convento de Santo Agostinho”, pp. 39-43; José TEIXEIRA — “O Paço, passo a passo. A estratégia arquitectónica ducal (séculos XVII-XVIII)”, pp. 8-13 e Joaquim TORRINHA — “Os azulejos renascentistas”, pp. 26-31. Anteriormente cf. estudos de José TEIXEIRA — *O Paço Ducal de Vila Viçosa...*; Vítor SERRÃO — *A Pintura Proto-Barroca em Portugal...*, e uma síntese em Mafalda Soares da CUNHA — *A Casa de Bragança. 1560-1640...*
- 10 Cf. referências em Mafalda Soares da CUNHA — *A Casa de Bragança...*, parte I, ponto 2, e parte II, pontos 3 e 4.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ADAMSON, John — “The making of the Ancien-Regime Court, 1500-1700”. *The princely courts of Europe. Ritual, politics and culture under the Ancien Régime 1500-1750*. London: Seven Dials, 2000, pp. 7-42.
- ALEGRIA, José Augusto — *História da Capela e Colégio dos Santos Reis de Vila Viçosa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- BRANCO, Luís de Freitas — *D. João IV, músico*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1956.
- CARRASCO MARTÍNEZ, Adolfo — *Sangre, honor y privilegio. La nobleza española bajo los Austrias*. Barcelona: Ariel, 2000.
- COSTA, Leonor Freire; CUNHA Mafalda Soares da — *D. João IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.
- CUNHA, Mafalda Soares da — *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas Senhoriais e Redes Clientelares*. Lisboa: Estampa, 2000.
- DOMINGUEZ ORTIZ, Antonio — *La sociedad española en el siglo XVII. El Estamento Nobiliario*. Ed. fac-símile. Granada: s. e., 1992, vol. I.
- MATOS, Luís de — *A Corte Literária dos Duques de Bragança no Renascimento*. S. l.: Fundação da Casa de Bragança, 1956.
- Monumentos. Dossiê: Paço Ducal de Vila Viçosa*. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1997, n.º 6.
- SERRÃO, Vítor 1992 — *A Pintura Proto-Barroca em Portugal, 1612-1657*. Coimbra: s. l., 1992, 2 vols. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, texto policopiado. mimeo.
- SILVA, Nuno Vassallo e — *As Coleções de D. João IV no Paço da Ribeira*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- SORIA MESA, Enrique — *La nobleza en la España moderna. Cambio y continuidad*. Madrid: Marcial Pons, 2007.
- SOUSA, D. António Caetano de [1745] — *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida Livraria Editora, 1950, t. IV.
- TEIXEIRA, José — *O Paço Ducal de Vila Viçosa sua Arquitectura e suas Coleções*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1983.
- URQUÍZAR HERRERA, Antonio — *Coleccionismo y nobleza. Signos de distinción social en la Andalucía del Renacimiento*. Madrid: Marcial Pons, 2007.